



A Cultura do Medo e a Violência Social. Reduzindo a Violência Anômica¹

Allysson Viana MARTINS²

Alisson Ricardo da Costa PEREIRA³

Thiago Bezerra de ALMEIDA⁴

Nadja de Moura CARVALHO⁵

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Neste trabalho, expomos os diversos tipos de violência e demonstramos que a violência visível, ou física, como assalto, assassinato, estupro, seqüestro, etc, não é a única existente. Percebendo que a sociedade vive uma cultura do medo, buscamos entender de que forma a violência que recebe menos atenção – a social ou anômica – tem um papel central na disseminação da violência física e, por conseguinte, na cultura do medo. Compreendendo que a violência social ganha mais relevância devido à desigualdade, sobretudo quando aliada à má estruturação do Estado, à influência simbólica e ao descaso das pessoas, mostramos caminhos de como cada cidadão pode contribuir com simples atos para a redução dessa violência “invisível”, que pode ocasionar ainda em uma diminuição na violência física.

Palavras-chave: Cartilha; Cultura do medo; Violência social; Violência anômica; Redução de violência.

1. INTRODUÇÃO

A violência está muitas vezes ligada apenas à ação física, àquilo que envolve diretamente o corpo, como assalto, assassinato, estupro, entre outros. Esta confusão acontece muitas vezes até por causa da própria etimologia da palavra. Violência deriva de *violéntus*, que significa “impetuoso, furioso, arrebatado”, como nos mostra o dicionário Houaiss de 2007. O pesquisador Romeu Gomes (1997, p. 93) acredita que, embora existam muitos estudos sobre o assunto, “alguns equívocos ainda estão presentes na interpretação do cotidiano social. Em geral, estes equívocos surgem a partir de uma atitude reducionista frente à questão da violência”.

O estudioso ainda (ibidem, p. 94) afirma que esses equívocos acontecem porque “é comum se empregar a expressão ‘violência’ como sinônimo de ‘agressão’. Dentro deste raciocínio, a violência passa a ser vista como uma condição de possibilidade natural”. Por

¹ Trabalho submetido ao XVII Prêmio Expocom 2010, na Categoria Jornalismo, modalidade Projeto Assessoria de Imprensa.

² Aluno líder do grupo e estudante do 7º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: allyssonviana@gmail.com.

³ Estudante do Curso de Relações Públicas, email: alissonrick@yahoo.com.br.

⁴ Ex-estudante do Curso de Rádio e TV. Atualmente, aluno do Curso de Biblioteconomia, email: nofoxhc@hotmail.com.

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social, email: naddj@ig.com.br.



outro lado, o pesquisador Muniz Sodré (2006) sustenta a existência de dois tipos de violência: a anômica e a social. A anômica é caracterizada pelo ato físico. O outro estilo, a violência social, é, por sua vez, “silenciosa, invisível, burocrática, decorrente de um modelo social fixado pela hipertrofia centralista do poder” (p. 16).

No site dos Direitos Humanos⁶, percebemos também dois estilos de violência: a estrutural e a sistêmica. A primeira “refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população”, enquanto a sistêmica “brota da prática do autoritarismo”, portanto, a violência estrutural estaria, de certo modo, para a violência social como a violência sistêmica estaria para a anômica.

Para as estudiosas Minayo e Souza (1999, p. 10), a violência é “uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural; por vezes uma resultante das interações sociais; por vezes ainda, um componente cultural naturalizado”. Como percebeu Freud, em seu terceiro posicionamento sobre o tema, violência estaria relacionada à imposição de algum interesse, através ou não da força física. Minayo e Souza (ibidem, p. 11) resumem o pensamento do psicanalista, dizendo que violência tem ligação com “a idéia de construção de ‘identidade de interesses’. (...) Os conflitos de interesses seriam mediados nas sociedades modernas pelo direito e pela lei; e a comunidade de interesses, pela identidade e busca do bem coletivo”.

Quando se pensa na violência social, fica claro que ela está vinculada intimamente com o homem, haja vista seu poder simbólico e sua necessidade de vivência em sociedade. No entanto, partindo para outro âmbito, cumprindo o ciclo da cadeia alimentícia, quando um animal mata para se alimentar, ele está sendo violento? O ciclo alimentar é próprio da natureza do animal, portanto, quando um animal mata o outro para comer, isso não se caracterizaria como violência. Há quem acredite que apenas a espécie humana é produtora da violência anômica. Essa idéia pode ser observada, por exemplo, quando Minayo e Souza (1999, p. 7) dizem que a violência é “um fenômeno histórico-social, construído em sociedade”. Aqui, as autoras abarcam os dois tipos de violência, não só a social.

Ainda segundo as estudiosas (ibidem, p. 11), a violência tem que ser entendida “como um problema social e histórico”. Logo, da natureza do homem, de sua natureza social, de sua necessidade de ter “uma relação humana” (como também vai explicar Costa, posteriormente), logo, não de sua natureza biológica, como explicam. Há quem diga ainda que o homem é a única espécie que mata seu semelhante sem motivo natural. Quando o faz, à propósito, geralmente há um motivo simbólico por trás, que é construído através da vivência do

⁶ Endereço do site de Direitos Humanos: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/violencia/violencia.html>



indivíduo, isto é, por causa de alguma crença ou ideologia, por exemplo. Portanto, não vemos outra espécie aniquilar seu semelhante por motivos outros que não de sobrevivência, à exceção da espécie humana.

Se o instinto natural de todo animal faz com que ele mate para se alimentar, seria, então, violência um homem roubar outro para evitar que seu filho morra de inanição? Provavelmente, para quem é assaltado, este é um absurdo da mais alta estirpe, afinal, ele “não tem culpa” da situação do filho de outrem; já o assaltante tem sua justificativa, pois cometeu o crime para que seu filho não falecesse. Não cabe a nós, neste momento, defender ou condenar este ato, até porque ele é uma ação criminosa. Cabe distinguirmos, aqui, o crime da violência. O crime é uma transgressão que é punida judicialmente, logo, é uma criação particular da espécie humana, tendo em vista sua vida em sociedade.

Embora já existam estudos defendendo que outras espécies de animais também vivem em sociedade (JOHNSON, 2003), é inquestionável que nos diferenciamos ainda por sermos a única espécie em que a vida em conjunto acontece de forma diferenciada, caso vivamos isolado. Ou seja, outros animais têm seu modo de viver em grupo igual ao modo de viver isolado. Caso um animal nasça sozinho, consiga sobreviver e se desenvolver, seu modo de vida não irá diferir (caso as condições ambientais sejam as mesmas) dos outros da sua espécie, que vivem em grupo. Para Costa (2005, p. 12), o homem “necessita da aprendizagem para adquirir a maior parte de suas formas de comportamentos”, que não são naturais à espécie humana, não são intrínsecas a nós.

Para que seja capaz de produção simbólica, o homem precisa se relacionar, necessita da companhia do outro. Embora filmes e histórias nos mostrem que homens crescendo isolados (Rômulo e Remo, Mogli, Tarzan) podem adquirir características humanas, Costa (ibidem) acredita que, “para se tornar o humano, o homem tem de aprender com seus semelhantes uma série de atitudes que jamais poderia desenvolver no isolamento”. Outras obras também nos ensinam que o homem é a única espécie que aniquila a si mesmo, sem um motivo advindo da natureza. O filme *2001 – Uma Odisséia no Espaço* mostra que é apenas quando os macacos adquirem características humanas que eles começam a machucar os outros da própria espécie que não se desenvolveram do mesmo modo. Outro exemplo é o famoso clipe *Do The Evolution*, da banda *Pearl Jam*, que encena a cadeia alimentícia desde a época dos dinossauros. Posteriormente, demonstra-se a evolução da espécie humana, enfatizando que somos a única espécie que violenta seus iguais, enquanto evolui.

2. OBJETIVO



Partimos do pressuposto de que uma simples ação de alteridade, de reconhecimento do outro, de respeito a esse outrem, não resolve, obviamente, mas contribui para uma diminuição da violência anômica. Acreditamos que, com a diminuição da violência social, a violência física sofre também um déficit; e nosso objetivo, com a cartilha, é convencer as pessoas exatamente disso. Em João Pessoa, vemos cenas como pedintes de semáforo em frente ao *McDonalds*, shopping junto à favela, pedintes que não recebem um olhar das outras pessoas, sem colocar em relevância ainda a televisão nos mandando consumir todo o momento.

Para o jornalista Marco Weissheimer (2006, s/p.),

O resultado destas disparidades atravessa nossas vidas diariamente, quando saímos às ruas, quando vamos à padaria, ao banco ou ao supermercado. Mais do que atravessa, ele nos afronta, nos enfrenta e nos ameaça. Diante dessa ameaça, a maioria tende a reagir exigindo que o Estado elimine quem lhes ameaça. Mas talvez a questão não seja “quem” ameace, mas sim o “que” ameace.

Muitas vezes, quando dão esmolas, os indivíduos o fazem como uma libertação, uma falsa crença de que: estou colaborando, ajudando, fazendo minha parte. Será que só isso basta? Será que o medo demonstrado, devido ao preconceito de que aquele menino ou rapaz pode vir a nos assaltar, não é pior do que negar dinheiro? A resposta para esta pergunta pode ser interpretada na fala das pesquisadoras Cardia e Schiffer (2002, p. 28), quando ressaltam que, “com frequência, o medo ou a experiência de vitimização – direta e indireta – levam as pessoas a adotarem medidas de auto-proteção que as distanciam ainda mais umas das outras”. A pesquisadora Eunice de Melo (s/d, p. 5-6) situa “o medo e a insegurança como determinismos socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano. De fato, é por medo que muitas vezes o ser humano muda seu comportamento e sua forma de se relacionar com o outro, aumentando ou diminuindo o grau de coesão entre os Agentes”.

O jornalista Weissheimer (2006, s/p.) acredita que, apesar do crescimento da violência social (embora não use esse termo), mostramo-nos cada vez mais alheios às dificuldades do próximo, daqueles que olhamos todo dia, mas não vemos. Nas palavras do jornalista,

O crescimento da desigualdade social nas últimas décadas e a escandalosa concentração de renda no país compõem um cenário de profunda violência institucional e não-institucional. O convívio da opulência e do luxo, de um lado, e da miséria, de outro, já fez acender o sinal vermelho há um bom tempo. Mas permanecemos, em boa medida, cegos, surdos e mudos.

Na última campanha sobre desigualdade do programa da Globo, *Criança Esperança*, vinculado a UNESCO, nos são mostradas cenas como as pensadas anteriormente: crianças de uma classe econômica elevada mostram aos pais – incapazes de ver a realidade – outras

crianças de rua que passam fome e pedem dinheiro. Eunice de Melo (s/d, p. 6) crê que essa incapacidade de perceber a violência social acontece, muitas vezes, por causa da mídia, pois ela “confere uma grande atenção aos crimes mais violentos e cria-se uma idéia de que estes são os mais freqüentes, o que não é verdade”.

A campanha do *Criança Esperança* vem, portanto, corroborar a idéia de que olhamos, mas não vimos essas desigualdades ao nosso redor, caracterizantes da violência social. Conhecemos muito mais celebridades do outro lado do planeta do que o rosto de um pedinte pelo qual passamos todo dia nos lugares que freqüentamos. Além das desigualdades através das necessidades básicas, a violência social é enfatizada por um lado simbólico. Ter um tênis *Nike*, consumir *Coca-cola*, comer um hambúrguer no *McDonalds*, ver tudo isso na tevê, ser bombardeado todo dia com informações consumistas ajuda na violência social, contribuindo, portanto, para uma futura violência anômica. Afinal, todos têm de consumir.

Há pouco tempo, fotos de mendigos dos Estados Unidos com notebooks – uns até com *Apple* (marca de computadores com preços mais elevados) – navegaram pela internet e principalmente pelo *twitter*. Houve até quem chamasse os moradores de rua de “descarados” por não terem uma casa ou mesmo o que comer, mas obterem um notebook. Será que essa alcunha pode ser colocada como se esse tipo de consumo fosse causado porque os mendigos são de índole questionável? Obviamente, existem necessidades mais urgentes do que um computador, especialmente para moradores de rua, mas é fácil resistir ao bombardeamento consumista veiculado pela tevê ou outros meios, como outdoors, folhetos e mesmo vitrines? Mesmo que as fotos tenham sido manipuladas, elas expressam toda essa cultura de consumo na qual vivemos, onde é mais importante ter roupas de marca do que comida.

3. JUSTIFICATIVA

Apesar de existirem estudos que apontem a pobreza como principal fator para a violência anômica, o estudioso Edmundo Coelho “descarta crise econômica, desemprego e pobreza como fatores determinantes de violência, sublinhando que num período de dura recessão, entre 1980 e 1982, a criminalidade violenta efetivamente diminuiu no Rio de Janeiro” (SODRÉ, 2006, p. 15). Para Muniz Sodré (ibidem, p. 14-15), a criminalidade, no Brasil, cresce proporcionalmente ao número da população e à “deterioração das condições de vida”. Dentro dessa deterioração, encontra-se a violência social, podendo, portanto, inferir que ela influencia, mesmo que indiretamente, na violência anômica.

Os pesquisadores Macedo et al (2001, p. 519-520) afirmam que “a taxa de homicídios tem-se mostrado fortemente correlacionada aos níveis de renda, mostrando que a questão da violência urbana não pode ser dissociada da aguda disparidade presente na sociedade, que tende a torná-la menos coesa, menos confiável, mais injusta e hostil”. A violência social está interligada, portanto, com a desigualdade. Nos países do primeiro mundo, onde a maioria é classe média e a distribuição de renda é mais igualitária, observa-se um número mais baixo de atos violentos (seja anômica ou social).

Sendo o capitalismo o modelo econômico vigente, a violência social parece encontrar o lugar propício para se desenvolver, visto que esse modelo não vislumbra caminhos para suprimir a desigualdade, pois necessita da relação dicotômica explorador/explorado. Aliado à tendência do liberalismo, essa desigualdade parece que só tende a ascender. A base de um governo liberal é a idéia de livre concorrência, na qual o Estado não pode interferir diretamente na economia, ou seja, cada um é livre para crescer sozinho, sem vantagens garantidas pelo estado. O slogan parece bonito, mas, na prática, mostra-se defeituoso, pois é impensável um pequeno comerciante ser concorrente de uma multinacional, ou mesmo de uma empresa de grande porte. O problema é que esse modelo não dá oportunidade de uma concorrência limpa, livre e justa, haja vista a má distribuição de renda existente. Como um mini-mercado pode concorrer com empresas como *Pão de Açúcar*, *Extra* ou *Carrefour*?

Ainda assim, mais desleal é o exemplo que tivemos há pouco tempo. Quando é para ajudar ou auxiliar um pequeno empresário, o Estado se utiliza de seu discurso liberal, isto é, de que não pode interferir na economia. Contudo, na crise atual, observamos passivamente vários países utilizarem do dinheiro público para ajudar bancos, montadoras e outras grandes empresas a não falirem. Será mesmo que o único interesse era fazer com que a empresa não fechasse e que muitas pessoas não ficassem desempregadas? Não haveria também interesses políticos? E por que não ajudar um pequeno empresário a gerar empregos e aumentar a rotatividade e concorrência do mercado, não permitindo que a economia se concentre nas mãos de donos de grandes empresas? Essas questões não estão no foco do nosso trabalho, mas elas permeiam e nos ajudam a refletir sobre a conjuntura social, econômica e política vigente.

A estrutura e gestão do Estado contribuem para a presença dessa violência social. De acordo com Muniz Sodré (2006, p. 15-16), a violência social “refere-se àquela violência, ‘frequentemente ignorada, dos poderes instituídos; a violência dos órgãos burocráticos dos Estados, do Serviço Público’”. A pesquisadora Eunice de Melo (s/d, p. 7) acredita que a posição do Estado contribui também para o surgimento de uma “cultura do medo”. Para ela,



“a cultura do medo se gesta em um contexto em que o Estado não consegue assumir para si seu papel legítimo de garantir e manter o ‘Estado de Direito’”.

Podemos perceber que as estudiosas Cardia e Schiffer (2002, p. 25) complementam o pensamento dos pesquisadores supracitados, creditando responsabilidade ao poder público pelos índices de violência anômica, também relacionando esta com a violência social.

A discussão sobre a violência e sua relação com a manutenção (crescimento) da desigualdade teria que incorporar o papel que a falta de resposta do poder público desempenha na manutenção dos altos índices de violência. Não se trata aqui de pensar apenas o papel dos agentes encarregados de aplicar as leis mas de todos aqueles setores que deveriam garantir que a população tenha uma vida digna. (...) violência e insegurança caminham junto com pouca qualidade de vida, com ausência de política habitacional, com a implementação deficitária de serviços que podem provocar mais competição entre a população que se deseja, em tese, atender e proteger.

Sabendo desse modelo de violência, do descaso ou mesmo da impossibilidade do Estado em resolver esses problemas, salientando também a conjuntura político-econômica do nosso país, cabe a nós pensarmos em como diminuir esse tipo de violência. Será que apenas as esmolas, que (nem sempre) damos, resolvem? Ideal era que todos tivessem tempo, saúde e disposição para se enveredar em projetos de assistência social, aliás, ideal mesmo era que nem se precisasse disso, porém, não vivemos em um mundo ideal, apenas tentamos buscá-lo.

4. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Nosso trabalho não se apoiou em técnicas e métodos estruturados teoricamente. Como desenvolvemos nossa cartilha para um público específico – o universitário –, prezamos, inicialmente, por muita leitura, para entender mais sobre o assunto e tentar convencer nosso público com sólidos argumentos, haja vista que se trata de pessoas com educação privilegiada e com um pensamento mais fechado, logo, difíceis de convencer. Os métodos foram apenas a leitura, discussão de idéias entre o grupo e a orientadora e observação e percepção do cotidiano – para tentar entender a relação das pessoas com os pedintes.

5. DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Para abordagem do assunto, optamos pela confecção de uma cartilha direcionada para um público composto por alunos e professores universitários. A escolha do público se deve à delicadeza do assunto, de difícil convencimento e trata de questões simbólicas e estruturais, portanto, pessoas com educação privilegiada estariam mais atentos (e mesmo que não

estejam, devem ter mais facilidade para perceber) às especificidades da violência social. A linguagem utilizada mantém um pouco a erudição e formalidade do texto acadêmico, apesar de tentarmos torná-lo mais dinâmico e atraente. Na diagramação, buscou-se aproximá-la do visual de uma revista informativa, com imagens dialogando com o texto de forma leve.

Na capa, optou-se pelo uso de uma escala limitada, que vai do preto ao branco, e também a cor vermelha, devido à gravidade do assunto abordado. Como o preto não é uma cor, mas a ausência da luz, de acordo com Israel Pedrosa (2003, p. 119), torna-se uma cor violenta, sombria, representante do luto e da aflição. Quando justaposta com o branco, que representa “o ornamento da alegria e da pureza sem mancha”, o contraste traz um grande efeito dramático, que julgamos adequado ao tema. Para permitir a atribuição de diferentes pesos visuais e características tridimensionais, utilizou-se de uma limitada escala de cinzas em alguns pontos da imagem. Esta buscou harmonizar o grande contraste tonal, trazendo a sensação de “asfalto e concreto” de um centro urbano.

Como elemento de destaque, optou-se pelo uso do vermelho, que traz um grande contraste, por ser a cor que mais se destaca visualmente e a mais rapidamente percebida pelos olhos, sobretudo quando justaposta aos tons escuros (PEDROSA, 2003). O uso desta cor permitiu o destaque para o título e o despertar da curiosidade do leitor para puxar o mecanismo de interatividade desenvolvido para a peça comunicativa (semelhante ao levantar o vidro de um carro, quando um pedinte se aproxima). As texturas do fundo, título e slogan, procuraram passar a sensação de algo que está há muito tempo na rua, com todas as manchas e desgastes causados pelo ambiente. A ilustração se caracteriza pela dramaticidade de suas imagens através do uso da luz, referenciando o cinema expressionista alemão.

Somamos a esta dramaticidade a rigidez e a dureza das ruas, através da limitação da escala de cinza, indo do preto ao branco através de poucos tons, com mudanças bruscas e sem suavizações. Houve também uso de formas fragmentadas e sujas em contraste com as linhas precisas e uniformes do carro. A ilustração foi pensada de modo que os elementos de maior importância comunicativa da imagem fossem colocados mais próximos do observador e mais marcados por fortes contrastes tonais. A imagem da capa buscou inserir o observador no lugar do motorista que fecha a janela do seu carro, numa atitude arrogante (e mesmo de medo) perante as disparidades sociais, cometendo um ato de violência social.

Intensificando este significado, desenvolvemos um mecanismo interativo onde o próprio usuário pode fechar o vidro da imagem, motivado pela curiosidade de uma pequena indicação em vermelho escrito “puxe”, localizada no canto direito superior da peça. Ao puxar, o leitor revela uma citação do autor Marco Weissheimer, que serve como introdução ao



assunto abordado na cartilha. Esta interação permitiu tornar a mensagem mais clara, além de trazer um elemento que ampliasse o interesse do público pela mensagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a escritura do trabalho, partimos do pressuposto de que a violência social é um dos contributos para a violência anômica. Visão que pode ser percebida na fala dos pesquisadores Adorno e Pinheiro (1992, p. 4), quando afirmam que

Na ausência de proteção social efetiva, esses segmentos da população submetem-se a restrições e constrangimentos de toda sorte, que comprometem o direito à vida e limitam seu acesso aos bens e ao patrimônio da civilização, desumanizando-os, embrutecendo-os e instituindo a violência como única linguagem possível, aquela que exclui o diálogo e o apelo à razão.

Pode-se inferir, portanto, que aqueles que sofrem violência social se utilizam, de certa forma, da violência anômica para serem vistos. Logo, nesse caso, a violência anômica é uma resposta à violência (social). Os estudiosos Macedo et al (2001, p. 515) corroboram também o nosso pressuposto, afirmando que os resultados de sua pesquisa “são sugestivos das possíveis relações entre homicídios e desigualdades sociais, o que levou a discussões sobre a relevância de iniciativas organizadas para a redução da violência”. Embora acreditemos na influência da violência social na anômica, entendemos que a violência, quando se torna física, é um “fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações, articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta” (MACEDO et al, 2001, p. 516). As autoras Minayo e Souza (1999, p. 11) explicam a importância de se conscientizar a população sobre as desigualdades:

não se pode estudar a violência fora da sociedade que a produziu, porque ela se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais traduzidos nas relações cotidianas que, por serem construídos por determinada sociedade, e sob determinadas circunstâncias, podem ser por ela desconstruídos e superados.

Além de se conscientizar a população sobre o problema das desigualdades, é necessário que ela aprenda a respeitar e a ter alteridade diante delas. Tem que se dizimar ou, ao menos, diminuir a “forte discriminação e o forte peso da exclusão moral sobre a população pobre, em última instância, considerada por grande parte da população e pela polícia como ‘criminógena’” (MINAYO E SOUZA, 1999, p. 14). Para Eunice de Melo (s/d, p. 8), vivemos uma cultura do medo, na qual “muitos se tornam sob suspeita, sobretudo os mais pobres que,



freqüentemente, são os considerados marginais ou bandidos pelo simples fato de serem pobres, o que amplia a distância entre classes, com a exclusão e banalização dos miseráveis”.

Ainda de acordo com Melo (ibidem, p. 15), temos que pensar “a cultura do medo como uma atividade social estratégica que as pessoas usam para resolver seus problemas e prosseguir na vida”. Acreditamos, portanto, que a cultura do medo, aliada à violência social, contribui para a violência anômica. Portanto, uma ação de alteridade, de reconhecimento e respeito ao outro, ajuda para uma diminuição da cultura do medo e da violência anômica.

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio; PINHEIRO, Paulo. **Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito**. 1992. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down031.pdf>>. Acessado em: 14 de junho de 2009.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. Violência e desigualdade social. In: **Revista SBPC**, 2002, p. 25-31. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n1/v54n1a18.pdf>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

COSTA, Maria. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna. 3º Ed. 2005.

GOMES, Romeu. A violência social em questão: Referenciais para um debate em saúde pública. In: **Revista Latino-am. Enfermagem**, v.5, n.2, p.93-100, 1997. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rlae/v5n2/v5n2a11.pdf>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

JOHNSON, Steven. **Emergência: As vidas conectadas de formigas, cérebros, cidades e softwares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MELO, Eunice. **A cultura do medo e os determinantes da criminalidade urbana**. s/d. Disponível em: <<http://www.faminasbh.edu.br/bh/revistaeletronica/download/Volume2/art01.pdf>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

MACEDO, Adriana; PAIM, Jairnilson; SILVA, Lígia; COSTA, Maria. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. In: **Revista Saúde Pública**, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n6/7063.pdf>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

MINAYO, Maria; SOUZA, Edinilsa. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v4n1/7127.pdf>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. Rio de Janeiro: Léo Christiano. 9º Ed. 2003.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina. 2º Ed. 2006.

WEISSHEIMER, Marco. **Violência e desigualdade social: o tamanho do problema**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=600>>. Acessado em: 14 de julho de 2009.